

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Cássio Corrêa Rocha

**O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE E QUALIFICAÇÃO DAS OSCIPs:
o caso do Lar Luz da Criança**

Porto Alegre

2006

Cássio Corrêa Rocha

**O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE E QUALIFICAÇÃO DAS OSCIPs:
o caso do Lar Luz da Criança**

**Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado ao Departamento de Ciências
Administrativas da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, como requisito parcial para
a obtenção do grau de Bacharel em
Administração.**

Orientadora: Rosinha Carrion

Porto Alegre

2006

Cássio Corrêa Rocha

**O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE E QUALIFICAÇÃO DAS OSCIPs:
o caso do Lar Luz da Criança**

Conceito Final:

Aprovado em dede

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____ - UFRGS

Orientadora – Prof. Dra. Rosinha Carrion – UFRGS

RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade de esclarecer as etapas da constituição de uma OSCIP e analisar aspectos de gerenciamento e sustentabilidade das mesmas, considerando questões como as dificuldades enfrentadas pela organização e os benefícios da qualificação como OSCIP. O trabalho resulta no detalhamento da criação de uma OSCIP e os aspectos legais a serem considerados, além de fazer uma análise de uma OSCIP existente, denominada Lar Luz da Criança, verificando as dificuldades enfrentadas pela entidade e testando as diferentes dimensões de sua sustentabilidade com base em um modelo existente. O benefício central do trabalho é servir como apoio para a constituição de novas OSCIPs, esclarecendo aspectos importantes da sua criação e de um gerenciamento sustentável.

Palavras-chave: Terceiro Setor, Estudo de caso, OSCIP, Sustentabilidade.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Configuração do Terceiro Setor.....	16
QUADRO 02 – Grupos Beneficiários das ONGs.....	18
QUADRO 03 – A mídia e o meio ambiente	22
QUADRO 04 – Matriz-Referencial: as dimensões da sustentabilidade do Gapa-Ba.....	26

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. MOTIVAÇÃO PARA ESTUDO	12
3. PROBLEMA	13
4. OBJETIVOS	14
4.1 OBJETIVO GERAL	14
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
5. REVISÃO DE LITERATURA	15
5.1 O TERCEIRO SETOR	15
5.1.1 ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONGs)	17
5.1.1.1 OSCIP	19
5.2 SUSTENTABILIDADE	21
5.2.1 Sustentabilidade e o Meio Ambiente	22
5.2.2 Desafio da Sustentabilidade nas Organizações Sociais	24
5.2.3 As Dimensões da Sustentabilidade	25
5.2.3.1 A Dimensão Técnica	27
5.2.3.2 A Dimensão Cognitiva	28
5.2.3.3 A Dimensão Econômica	29
5.2.3.4 A Dimensão Social	29
5.2.3.5 A Dimensão Política	30
6. MÉTODO	31
6.1 COLETA DE DADOS PRELIMINARES	32
6.2 OBSERVAÇÃO DIRETA	32
6.3 ENTREVISTA	33
6.4 OBSERVAÇÃO PARTICIPATIVA	33
7. A CRIAÇÃO DE UMA OSCIP	35
7.1 OS PRIMEIROS PASSOS	35
7.1.1 Fase de Sensibilização	35
7.1.2 Fase Constitutiva	36
7.1.3 Fase Pré-Operacional e Operacional	36
7.2 ASPECTOS LEGAIS	37
7.2.1 Qualificação como OSCIP	37
7.2.2 Do Termo de Parceria	40

7.2.3 Procedimentos	41
8. A ORGANIZAÇÃO – LAR LUZ DA CRIANÇA (LLC).....	43
8.1 A ESTRUTURA.....	44
8.2 OBJETIVOS E VALORES.....	45
8.3 RECURSOS E DESPESAS	46
8.4 COMUNICAÇÃO.....	47
8.5 DIFICULDADES.....	47
9. LAR LUZ DA CRIANÇA E A SUSTENTABILIDADE.....	49
9.1 DIMENSÃO TÉCNICA	49
9.2 DIMENSÃO COGNITIVA	50
9.3 DIMENSÃO ECONÔMICA.....	51
9.4 DIMENSÃO SOCIAL.....	52
9.5 DIMENSÃO POLÍTICA.....	53
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
BIBLIOGRAFIA.....	57

1. INTRODUÇÃO

O capitalismo trouxe muitos benefícios à sociedade, através do desenvolvimento das indústrias e empresas, que, para terem um bom desempenho, precisam evoluir e inovar constantemente, com o objetivo de serem mais competitivas no mercado. Entretanto, o capitalismo também gerou severas conseqüências, que hoje são claramente visíveis, como altas taxas de desemprego, aquecimento global, poluição generalizada, além do esgotamento de recursos naturais. Dentro deste cenário, as organizações do terceiro setor se tornam cada vez mais importantes, com o objetivo de conscientizar e amenizar as conseqüências negativas do capitalismo.

Durante todo o século XX, vimos o capitalismo crescer e expandir-se através do mundo. Com ele, tivemos altas taxas de industrialização, avanços tecnológicos e científicos. Buscando os altos índices de lucro e produtividade, a indústria tornou-se robotizada, substituindo a mão-de-obra humana por máquinas e tornando-se mais eficiente e produtiva, produzindo assim em grandes escalas, reduzindo custos e aumentando a lucratividade. A tecnologia também encurtou distâncias, através da telefonia e, mais recentemente, da internet, tornando a comunicação mais ágil e eficiente – uma comunicação sem fronteiras. O surgimento dos computadores revelou-se um dos mais importantes inventos da história do homem, pois eles possibilitam processar dados em segundos, o que antes se levaria meses ou, até mesmo, anos, se feitos manualmente. Os computadores também, quando programados, são capazes de possuir uma inteligência artificial, tomando decisões pré-definidas de acordo com o problema, novamente substituindo a mão-de-obra humana em diversas atividades. Os avanços aconteceram em todas as áreas, como na agricultura, com uma produção mais eficiente, ou a área da saúde, com computadores extremamente avançados, que auxiliam no diagnóstico de doenças, além de medicamentos eficazes, aumentando significativamente a expectativa de vida e reduzindo os índices de mortalidade infantil. Com certeza, o modelo capitalista, através da competição entre empresas privadas, gerou avanços extremamente relevantes para a humanidade.

A expansão rápida do capitalismo, apesar de trazer grandes benefícios, como acima exposto, deixou seqüelas na sociedade. As empresas e indústrias, com uma preocupação constante com a concorrência e lucratividade, buscando sua expansão e sobrevivência no mercado, preocuparam-se, durante décadas, apenas com o crescimento, tomando qualquer medida necessária para a obtenção de sucesso. Para obter altos índices de produtividade, as empresas se reestruturaram e investiram pesado na robotização das fábricas e redução de custos. Conseqüentemente, milhares de pessoas perderam seus empregos, o que, somado ao aumento da população global e ao aumento da expectativa de vida, elevou os índices de desemprego significativamente em todo o mundo, acentuando as diferenças socioeconômicas entre classes e criando novas formas de segmentação. A poluição e a falta de consciência ambiental mostrou-se uma das principais conseqüências do capitalismo, como mostrado em recente reportagem da revista Veja(2006):

“Os gases responsáveis pelo aquecimento excessivo são produzidos pelos combustíveis fósseis usados nos carros, nas indústrias e nas termelétricas e pelas queimadas nas florestas...”

“O equilíbrio natural foi rompido pela revolução industrial. Desde o século XIX, as concentrações de dióxido de carbono no ar aumentaram 30%, as de metano dobraram e as de óxido nitroso subiram 15%. A última vez em que os níveis de gases do efeito estufa estiveram tão altos quanto agora foi há 3,5 milhões de anos. O ano passado (2005) foi o mais quente desde que as temperaturas começaram a ser registradas, em 1866. Pelo que se sabe, o planeta está mais quente do que já foi em qualquer momento dos últimos dois milênios...”

“Se mantiver o ritmo atual, no fim do século a temperatura média será a mais elevada dos últimos 2 milhões de anos”.

A industrialização, sem cuidado com a preservação ambiental, foi responsável pelo aumento de emissão de CO₂, que é o principal causador do efeito estufa, que, por sua vez, tem alterado todo o ecossistema terrestre, causando o derretimento das camadas polares, desertificação de grandes áreas, além de catástrofes naturais, tais como ciclones e furacões.

Além do efeito estufa, a industrialização, desenfreada, também é a principal responsável pela poluição de rios, devastações de florestas e poluição do ar. As conseqüências do crescimento voraz do capitalismo podem ser irreversíveis, se medidas imediatas não forem tomadas, tanto em relação aos cuidados com o meio ambiente, quanto com marginalização da população.

Conforme os danos do capitalismo, decorrentes de um processo de uso irresponsável dos recursos ambientais, foram se tornando visíveis, diversas organizações, com o objetivo de denunciar, reduzir ou reverter o impacto ambiental, surgiram e se agregaram ao conjunto de organizações hoje reconhecidas como integrantes do “terceiro setor”.

O terceiro setor é constituído por organizações de direito privado, com finalidades sociais e autonomia do estado, sendo denominadas de organizações não-governamentais como, por exemplo, associações, fundações e organizações da sociedade civil que realizam atividades de interesse público, sem finalidade de lucro.

Dentre tais organizações encontrando-se, inclusive, aquelas que buscam minimizar as diferentes modalidades dos efeitos negativos do modo de produção capitalista. Entre as quais se pode referir tem-se algumas de renome internacional como o Greenpeace que:

“Pratica o testemunho ocular; É adepto da não-violência, não recuando ao defender suas causas; Caracteriza-se pela atuação de ativistas, que colocam-se pessoalmente como barreira ao dano ambiental; É independente financeiramente de empresas, governos e partidos políticos; Atua internacionalmente, já que as ameaças ao meio ambiente não têm fronteiras; Não estabelece alianças com partidos e não toma posições políticas exceto no que diz respeito à proteção do meio ambiente e da paz”¹. (Greenpeace)

Cujo objetivo principal é a preservação do meio ambiente. Já em escala nacional, podemos citar o Projeto Pescar, que tem como missão:

“Promover oportunidades para jovens em situação de vulnerabilidade social, através da educação básica profissionalizante, visando o exercício pleno da cidadania e da atividade profissional”². (Projeto Pescar)

Realizando assim a reintegração de pessoas, das camadas mais afetadas pelos altos índices de desemprego, na sociedade a fim de diminuir, a longo prazo, a diferenças socioeconômicas entre classes. Sozinhas as organizações do terceiro setor não têm, entretanto, a capacidade de reverter os problemas da sociedade.

A pergunta que fica é: Vale a pena pagar o preço deste avanço tecnológico? O sistema capitalista, sem dúvida, foi muito bom para o desenvolvimento da sociedade. No entanto, suas conseqüências tornar-se-ão irreversíveis, se em um curto prazo de tempo não mudarmos o modelo econômico em que vivemos, ou remodelarmos o

¹<http://www.greenpeace.org.br/quemsomos/quem.php>

² www.projetopecar.org.br

capitalismo que existe hoje, conciliando a produção com a preservação e revitalização do ecossistema, e a busca por melhores condições de vida para as camadas mais afetadas da população. Se providências não forem tomadas, estaremos condenando a sociedade a viver em um planeta em condições extremamente adversas, com constantes catástrofes meteorológicas e aumento nas taxas de marginalização da população.

Uma forma de se repensar esse novo capitalismo seria conciliar os seus princípios com o desenvolvimento sustentável defendido pelo terceiro setor, tentando assim manter o processo evolutivo-tecnológico e, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente e o desenvolvimento sócio-cultural, tentando finalmente criar uma situação de simbiose entre o homem e a natureza.

2. MOTIVAÇÃO PARA ESTUDO

O modelo econômico atual, ou a forma como a maioria das empresas se desenvolveu neste modelo econômico, sem nenhuma responsabilidade pela sociedade ou meio ambiente, gerou severas conseqüências. Vivemos em um mundo em que a maioria da população não tem condições dignas de vida, e jogamos por ano toneladas de CO₂ na atmosfera, agravando cada vez mais as conseqüências do efeito estufa.

Essa realidade se transpõe perfeitamente ao nosso país, considerado um país em desenvolvimento, porém com altas taxas de desemprego e marginalização. Devemos pensar imediatamente em formas de conter as conseqüências negativas do capitalismo, iniciativas como as do terceiro setor são muito validas, entretanto ainda não são suficientes.

As OSCIPs auxiliam, assim como as demais organizações que constituem o Terceiro Setor, no desenvolvimento de suas comunidades, na reintegração das pessoas excluídas pelo sistema econômico atual e também na busca de formas para a preservação do meio ambiente. A concepção de Organização do Terceiro Setor difere das tradicionais empresas privadas com fins lucrativos, tendo o seu modelo de gestão e de objetivos focados na sociedade e não no lucro, entretanto as OSCIPs assim como as demais empresas existentes, enfrentam problemas de gestão, perenidade e sustentabilidade.

A idéia de se criar uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com intuito de auxiliar no desenvolvimento social é uma das principais motivações para o estudo. Contudo a criação de uma OSCIP difere em muito da criação de uma empresa de mercado, sendo que pouco se utiliza das metodologias convencionais de plano de negócios existentes.

3. PROBLEMA

A literatura sobre o Terceiro Setor e suas Organizações está em constante mudança, apesar de não serem recentes as atividades sociais, o tema ganhou uma importância maior apenas nos últimos anos. Sendo assim, existe a necessidade constante de aprimoramento das bases teóricas para uma expansão mais sólida do Terceiro Setor.

As bases teóricas existente, para a criação de empresas de mercado, pouco se aplicam nas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, pois toda concepção é diferente, desde a propriedade até as atividades fins da Organização.

Através deste estudo, pretende-se descrever as etapas necessárias para a constituição de uma OSCIP, além de buscar formas de auxiliar, através de um modelo de sustentabilidade, a organização e os resultados de suas atividades. Criando uma base para a abertura de uma Organização da Sociedade Civil, reconhecida legalmente pelo Estado.

4. OBJETIVOS

Os objetivos do presente trabalho serão desdobrados em objetivo geral e objetivos específicos.

4.1 OBJETIVO GERAL

O trabalho tem como principal objetivo identificar as dificuldades de criação e do gerenciamento sustentável das OSCIPs, além de descrever as etapas necessárias para a regulamentação das mesmas.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Relacionar os aspectos legais necessários para a regularização de uma OSCIP;
- b) Descrever as dimensões da sustentabilidade e testar a sua aplicabilidade na Associação Lar Luz da Criança.

5. REVISÃO DE LITERATURA

A finalidade desta revisão é contextualizar o universo em que surgiu e está inserido a OSCIP e as dimensões da Sustentabilidade das Organizações da Sociedade Civil. Para isso será criada uma base teórica que objetiva esclarecer a origem das Organizações da Sociedade Civil e do conceito de sustentabilidade.

5.1 O TERCEIRO SETOR

O conceito Terceiro Setor surgiu e ganhou força na segunda metade do século passado - apesar das ações voluntárias e filantrópicas sempre terem existido - com a industrialização, robotização e marginalização do trabalho em todas as regiões do mundo, o tema ganhou força.

Para Rifkin³ (1997) o Terceiro Setor deve ser reconhecido e obter a mesma importância que os outros dois setores (sendo o primeiro setor o Estado e o segundo o Mercado), desta maneira o Terceiro Setor poderia absorver parte da mão de obra marginalizada pelo Estado e pelo Mercado. Um exemplo claro ocorre nos Estados Unidos em que existem aproximadamente 1,2 milhões de organizações sem fins lucrativos ou organizações de serviço, totalizando cerca de dez por cento da força de trabalho deste país.

“É necessário acabar com os paradigmas políticos e compreender que cada país tem três setores e não dois... O setor de mercado cria capitais e empregos de mercado, mas isso não é suficiente. O setor do governo cria capitais e empregos de governo, mas isso também não é suficiente. Existe ainda a sociedade civil que cria ainda capital social e empregos” (Rifkin³, 1997, p.20)

O crescimento das atividades voluntárias, a busca pelo desenvolvimento sócio-cultural, a luta pela redução das diferenças econômicas entre classes, nomes como Madre Tereza de Calcutá que dedicou sua vida a ajudar os mais necessitados ou

³In: Ioschpe, Evelyn Berg. 3º Setor – Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1997

Nelson Mandela que lutou pelo fim da desigualdade racial, são exemplos de fatores chaves para o destaque que vem recebendo, em todo o mundo, o Terceiro Setor.

De acordo com Fernandes (1994) a idéia de um “terceiro setor”, formado por organizações de caráter privado, sem finalidades lucrativas e com objetivos sociais, pressupõe a existência de outros dois setores o Estado, representando o primeiro setor, e ao mercado, como segundo setor. Entretanto a referência é indireta, ou seja, o “o terceiro setor” é formado na verdade pela negação –“nem governamental (Estado), nem lucrativo (Mercado)”.

Para Fernandes (1994) dizer que as organizações são “não governamentais” significa também dizer que sua finalidade não é alcançar ou substituir o poder do Estado. As políticas do Terceiro Setor não são compulsórias, não são políticas impostas, elas dependem de uma aceitação por parte da comunidade, portanto sua influência dependerá de sua persuasão. Por não serem políticas coercivas, freqüentemente são muito convincentes e conseqüentemente muito influentes, sempre defendendo um fim social, como a preservação ecológica ou a luta contra as desigualdades sócio-culturais. Quanto a serem organizações “sem fins lucrativos” significa que o a busca pelo lucro em muitas situações poderia tornar suas atividades inviáveis, sendo que em alguns casos os investimentos são muito maiores que o possível retorno financeiro. O que nos remete também para a impossibilidade de avaliar a sustentabilidade de uma organização social, pelos mesmos parâmetros utilizados pelas empresas capitalistas.

QUADRO 01 – Configuração do Terceiro Setor

FONTE: (FERNANDES, 1994, p.21).

AGENTES		FINS		SETOR
Privados	para	Privados	=	Mercado
Públicos	para	Públicos	=	Estado
Privados	para	Públicos	=	Terceiro Setor
Públicos	para	Privados	=	(corrupção)

Pode se definir então o Terceiro Setor como “um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos” (FERNANDES, 1994, p.21).

De maneira semelhante Salamon (1997) define o Terceiro Setor como uma forte rede de organizações privadas autônomas, que não tenham por finalidade a distribuição de lucro para seus acionistas e diretores, atendendo propósitos públicos, apesar de não estarem ligadas à estrutura formal do Estado.

“O projeto de desenvolvimento sustentável e solidário surge da necessidade de resistir à lógica fria e desumana dos mercados globalizados, regidos pela competitividade destrutiva e excludente. Demonstra as possibilidades de gerar alternativas de trabalho e renda mesmo nas regiões mais pobres e abandonadas pelo poder público. A organização da produção coletiva e sua comercialização pelos próprios produtores favorecem inovações tecnológicas “apropriadas” que fortalecem e retroalimentam as potencialidades locais e regionais.”(Rattner,2001, pág. 2)

As Organizações do Terceiro setor não têm como a finalidade o lucro, ainda que gerem excedentes de capital, estes devem ser reinvestidos na organização e para a viabilização de seus fins. O excedente de capital, portanto, não pode ser incorporado ao patrimônio dos seus gestantes, assim como os bens da organização não devem ser utilizados para fins particulares. As atividades da organização “devem ser, tipicamente, de consumo coletivo - seja num sentido universal, como as campanhas para purificação do ar, ou em função de uma categoria específica, como acolhida a refugiados” (FERNANDES, 1994, p.21).

5.1.1 ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONGs)

As organizações que constituem o Terceiro Setor, em geral, são formadas por grupos de pessoas com o interesse em auxiliar, de maneira voluntária, a sociedade. Isso pode ser feito de inúmeras maneiras como, por exemplo, a distribuição de comida de forma organizada, às pessoas marginalizadas.

Inicialmente grande parte das iniciativas sociais tem caráter informal, como associações de bairros, que buscam o desenvolvimento da comunidade local ou a

criação de um abrigo idealizado por algum grupo religioso para beneficiar pessoas necessitadas. Porém, de acordo com o seu desenvolvimento se tornam formais constituindo as organizações, sem fins lucrativos e com finalidades sociais.

Como visto antes uma Organização Social não existe para auferir lucros para seus administradores, os quais tão pouco detém a propriedade de seu patrimônio. As Organizações Não-Governamentais não possuem herdeiros. Quando seus representantes se afastam da organização por qualquer motivo, outra pessoa deve assumir seu lugar e em caso de encerramento das atividades da organização, os bens acumulados devem ser repassados a outra Organização do mesmo gênero.

Para Fernandes (1994) uma das principais diferenças entre as ONGs e outras iniciativas do terceiro setor, como sindicatos, associações de moradores ou dos movimentos sociais, é o fato de elas não poderem falar ou agir em nome de terceiros, somente em nome próprio. Em consequência disto as ONGs se tornam mais autônomas, por não dependerem de políticas externas para legitimar suas decisões, além disto, as Organizações Não-Governamentais tem a liberdade de multiplicar-se indefinidamente, em função das demandas e das iniciativas, sem que isto afete sua legitimidade.

QUADRO 02 – Grupos Beneficiários das ONGs

FONTE: (FERNANDES, 1994, p.75).

Ref. a trabalho	%	Ref. a comunidade	%	Outras referências	%
Trabalhadores rurais	20,3	Comunidade	32,1	Associações civis	16,2
Trabalhadores	7,5	Crianças e jovens	22,0	Pobres	13,4
Micro-empresas	4,2	Mulheres	15,1	Cultos	6,7
Profissionais liberais	2,7	Grupos étnicos	3,0	ONGs	5,0
		Migrantes	2,4		
		Marginalizados	1,7		
		Terceira idade	1,4		

O campo de atuação das Organizações Não-Governamentais é muito amplo, entre os principais campos de atuação podemos citar o campo da Saúde, de defesa das minorias, desenvolvimento e promoção social, educação e qualificação, direitos humanos e por fim meio ambiente. As ONGs, como visto antes, têm objetivos sociais, entretanto esta atuação é distribuída entre grupos beneficiários. O quadro acima demonstra a divisão das ONGs entre grupos beneficiários na América Latina nos anos 90, podemos destacar do quadro o percentual de organizações que declararam ter como principal objetivo ajudar a comunidade como um todo.

5.1.1.1 OSCIP

Apesar de o governo Brasileiro apoiar e reconhecer as Organizações Sociais pela importância dos serviços prestados a comunidade, este reconhecimento era informal até a criação da Lei N° 9.790, de 23 de março de 1999. Surgiu então o reconhecimento legal das OSCIPs ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, e a possibilidade de cooperação entre as Organizações da Sociedade Civil e o Estado, com base legal e regulamentada. Isto se demonstra através do artigo nono desta mesma lei:

“Art. 9o Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público...”

(Lei N° 9.790, de 23 de março de 1999, pág. 4)

O artigo terceiro desta mesma lei define as Organizações passíveis de reconhecimento como OSCIP, através da sua área de atuação ou suas atividades fins.

“Art. 3o A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

I - promoção da assistência social;

II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
V - promoção da segurança alimentar e nutricional;
VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
VII - promoção do voluntariado;
VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.
Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.”

(Lei N° 9.790, de 23 de março de 1999, pág. 2)

Hoje centenas de organizações são reconhecidas pela lei das OSCIPs entre elas podemos citar, por exemplo, o Instituto Nacional de Preservação Ambiental – I. N. P. A de São Paulo e o Instituto Vida Solidária de Porto Alegre. No Rio Grande do Sul existem 181 organizações cadastradas atuando nas mais diversas áreas como assistencial, cultural, saúde, cidadania, educacional.

Martins (2000) relata algumas vantagens em receber a qualificação de OSCIP, a primeira delas é o próprio título de OSCIP que caracteriza o reconhecimento de um novo tipo de organização se distinguindo das demais organizações ou empresas do setor privado. O termo de parceria da Lei das OSCIPs é outra vantagem, pois regulariza o apoio do Estado, e o repasse de verbas para as organizações, outra vantagem é a possibilidade de remuneração dos dirigentes das OSCIPs, reconhecendo a remuneração como a contrapartida do trabalho, não impedindo que a organização seja sem fins lucrativos. Por fim o controle social, pois a lei das OSCIPs regulamenta as formas de prestação de contas de uma forma inovadora para as Organizações do Terceiro, instituindo a publicidade e, ainda, submete o título ao questionamento público.

5.2 SUSTENTABILIDADE

Para o Mercado, ou empresas privadas, ser uma empresa sustentável é ser economicamente rentável, se justificando através dos lucros auferidos e distribuição de dividendos entre os seus sócios. Quando transpomos esta visão para as organizações sociais ela não funciona de maneira adequada, pois as organizações sociais não têm como finalidade principal à lucratividade.

“A fim de avançar na direção da sustentabilidade, devemos redefinir o significado de riqueza e progresso face a uma visão de vida e de sociedade mais integrada e sistêmica.”

“Para construir uma sociedade sustentável, é essencial entender que um meio ambiente saudável é condição necessária para nosso bem-estar, o funcionamento da economia e, enfim, a sobrevivência da vida na terra. Entretanto, a vida – individual e social – não pode ser reduzida somente às funções biológicas e de produção-consumo.”(Rattner, 2004, pág. 5)

A sustentabilidade de mercado influenciou as primeiras discussões sobre sustentabilidade no Terceiro Setor, sendo discutido inicialmente apenas as características econômicas da sustentabilidade. Assim sendo a captação de recursos ou formas de obter financiamento para as atividades fins das organizações sociais, por algum tempo, foi considerado o principal medidor de capacidade de perpetuação das Organizações do Terceiro Setor.

Com a evolução da discussão sobre sustentabilidade nas organizações sociais, se verificou que apesar das atividades financeiras e de obtenção de recursos serem importantes para a organização, estão longe de serem as únicas características de sustentabilidade das Organizações da Sociedade Civil. Uma organização social deve considerar entre outros, aspectos políticos, culturais, econômicos e ambientais para o desenvolvimento de um plano de sustentabilidade.

Para Rattner (2004), um dos avanços mais significantes na evolução do conceito de sustentabilidade é representado pelo consenso crescente que esta requer e implica em democracia política, equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente. Esta idéia tem ganhado força e

provavelmente irá ajudar a gerar novos conceitos de sustentabilidade em um futuro próximo.

5.2.1 Sustentabilidade e o Meio Ambiente

A discussão da sustentabilidade tem suas origens no campo das ciências ambientais e ecológicas, e ganhou força no início dos anos 70, tendo um dos seus marcos na Conferência de Estocolmo de 1972 ou Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano. Na conferência de Estocolmo são tomadas às primeiras decisões, em âmbito internacional, em relação ao Meio Ambiente.

A partir de então o tema passou a ter reconhecimento internacional, e se intensificando nos anos seguintes, até a década de 90 quando ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento ou Rio-92.

Bomfim (1999) descreve a Conferência Mundial no Rio de Janeiro como a reunião dos atores governamentais e não-governamentais com o objetivo de discutir e propor ações relacionadas à questão do desenvolvimento e preservação do meio ambiente, ou seja, do desenvolvimento sustentável. Um dos resultados da Rio-92 foi a Agenda 21, documento oficial dessa Conferência, que contém propostas de ações no âmbito internacional e local.

O quadro abaixo demonstra os principais acontecimentos que precederam a Conferência de Estocolmo até o final dos anos 90, pós Rio-92.

QUADRO 03 – A mídia e o meio ambiente

FONTE: (Costa e Santos, 2005, p.62)

As Etapas da Internacionalização	Eventos ou Fenômenos de Interesse da Mídia Internacional
Os anos que procederam à conferência de Estocolmo	<ul style="list-style-type: none">• A morte súbita de 995 pessoas no smog de Londres, em 1952;• A explosão de um depósito de resíduos nucleares em Tcheliabinski (ex-URSS, setembro de 1957);• A doença de Minamata (1959): intoxicação dos peixes da baía japonesa por usinas da indústria química Chisso provoca vítimas fatais cujo número se aproxima de 5.000 pessoas;

	<ul style="list-style-type: none"> • Início de problemas de poluição transfronteiriça (sobretudo no caso de águas partilhadas); Os problemas de poluição atmosférica (por exemplo, entre os EUA e o Canadá); • Em 1967, o acidente do Torrey Canyon coincide com a primeira maré negra nas costas francesa e britânica; • Em 1971, a contaminação de veranistas em Nápoles (seguida pelos casos de Huyères, em 1972 e, em 1974, de Gênova).
Entre Estocolmo e o fim dos anos 70	<ul style="list-style-type: none"> • 1976: escapamento de gás tóxico, em Seveso – 23 mortes e intoxicação de 1.128 pessoas; • 1978: Amoco Cadiz, maré negra nas costas europeias; • Acidente na central nuclear e Three Mile Island, em março de 1979.
De 1980 à Conferência do Rio de Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> • Evacuação da população da cidade de Love Canal (nos EUA), construída sobre sítio contaminado (em maio de 1980); • Bhopal, em 1984: acidente na usina química que provoca a morte de mais de 2.500 pessoas e deixa mais de 300 mil pessoas doentes; • Em abril de 1986, acidente em Tchernobyl; • No verão de 1988, poluição de resíduos tóxicos transportados pelo Karin B; • Em 1988, vírus desconhecidos mata dezenas de focas na Europa; • Acidente do petroleiro Exxon Valdez (março de 1989).
O período após a Rio-92	<ul style="list-style-type: none"> • Em 1995, massacre de índios Yanomami, em Hoximu-Brasil, a 20 km da fronteira venezuelana; • Em fevereiro de 1996, naufrágio de petroleiro carregado com mais de 150 mil litros de petróleo, em Milford Haven (País de Gales); • Em março de 1996, quatro reatores (tecnologia de origem russo) apresentam problemas de funcionamento na usina nuclear de Bohunice (Eslováquia, junto à fronteira austríaca), que produz cerca de 40% das necessidades energéticas nacionais.

O pacto ambiental mais comentado na última década, entretanto, foi o Protocolo de Kyoto realizado em 1997 no Japão. O Protocolo de Kyoto prevê a redução da emissão de CO₂ na atmosfera. O documento foi assinado por vários países, porém não foi assinado pelos Estados Unidos, o que coloca em cheque a sua eficácia uma vez que os Estados Unidos é um dos principais responsáveis pela emissão de CO₂ na atmosfera.

Para Rattner (2004) as Organizações Sociais e outros movimentos populares exercem pressões sobre os governos, exigindo proteção contra dejetos tóxicos, fumaça, água e ar poluídos. As pressões e a conscientização por parte da sociedade em relação à necessidade de proteger e conservar os recursos naturais, além da tendência geral de envelhecimento das instalações e equipamentos industriais devido ao progresso técnico, resultou na obsolescência e conseqüente abandono de setores inteiros caracterizados por processos fordistas.

Para Costa e Santos (2005) a partir da sustentabilidade ambiental a discussão se ampliou para a sustentabilidade social, política, cultural e financeira, tanto de projetos de desenvolvimento quanto de organizações que trabalham com o desenvolvimento, em seu sentido mais abrangente.

5.2.2 Desafio da Sustentabilidade nas Organizações Sociais

Uma organização Social, para se tornar eficaz, cada vez mais depende de uma boa administração e planejamento, sendo capaz de obter recursos, mobilizar a comunidade para atividades voluntárias, além de demonstrar suas realizações ao público de forma a ser reconhecida e ter credibilidade perante a sociedade. Uma das discussões mais recentes para as Organizações do Terceiro Setor é a questão da sustentabilidade, ou como tornar a organização perene, sem que se desvirtue das suas finalidades.

“Faz-se necessário enfrentar o desafio de refletir sobre a prática muitas vezes isoladas das OSCs na busca de recursos, tendo em vista um contexto histórico econômico e social em que a questão da sustentabilidade é mais ampla e complexa”. (Bomfim, 1999, pág. 2)

Para Constanza⁴, o tema da sustentabilidade não se resume a disponibilização de recursos econômicos, e sim define uma relação equilibrada entre os aspectos econômico, social e ambiental, prevendo a continuidade e a prosperidade da vida humana, levando em consideração o impacto do desenvolvimento nessas três dimensões.

⁴ (apud Sachs, 1993,p. 24)

Bomfim (1999) propõe a construção de redes para o desenvolvimento de projetos estratégicos e sustentáveis a partir de três hipóteses:

- a) a sustentabilidade econômica para empreender ações sociais será alcançada de forma mais eficiente, à medida que não for considerada o fim e nem o único elemento da negociação, mas um dos meios para a realização do projeto;
- b) uma organização será sustentável conforme tiver condições de estabelecer vínculos e fluxos de interação contínuos de informação e decisão junto a organizações dos três setores: Estado, empresas e OSCs orientados por projetos estratégicos de mudança social; e
- c) A existência de organizações sustentáveis isoladas no Terceiro Setor possivelmente não vai alcançar o impacto de gerar a sustentabilidade social, mas ampliará as diferenças entre as instituições que alcançam e que não alcançam recursos.

5.2.3 As Dimensões da Sustentabilidade

Ao contrário dos primeiros estudos sobre sustentabilidade, em que o aspecto mais relevante era a vitalidade econômica da organização, hoje autores defendem a ideia de diversas dimensões de sustentabilidade, variando de autor para autor, entretanto com ideias similares que convergem para pontos semelhantes.

Sachs (1993) defende a ideia de que são cinco as dimensões da sustentabilidade, sendo estas fundamentais para o desenvolvimento. As dimensões da sustentabilidade de Sachs são:

- a) a Sustentabilidade Social - a busca equidade social através da redução das distâncias entre classes, sendo elas financeiras, culturais ou políticas, além de prezar pelo fortalecimento da cultura e saúde;
- b) a Sustentabilidade Econômica - aumentar a eficiência da gestão dos recursos públicos e privados pelo estado, mercado e terceiro setor, não focando apenas na lucratividade, mas em questões macrosociais;

- c) a Sustentabilidade Ecológica – A busca por meios menos ofensivos ao meio-ambiente, métodos de renovação dos recursos extraídos, investimentos em tecnologia com a finalidade de reduzir os resíduos das indústrias buscando maior eficiência na utilização dos recursos;
- d) a Sustentabilidade Espacial – A redução das densidades populacionais, através de uma melhor distribuição geográfica, assim como redistribuição dos parques industriais, reduzindo as concentrações, e uma agricultura voltada para a regeneração do solo e do meio-ambiente que a cerca; e
- e) a Sustentabilidade Cultural – Conscientização da população quanto ao tema da sustentabilidade, encontrando em cada cultura e ecossistema a viabilidade de projetos de conservação do seu ambiente, buscando um desenvolvimento mais consciente.

Costa e Santos (2005), ao definirem um modelo de sustentabilidade para o Grupo de Apoio à Prevenção à Aids (Gapa-Bahia), identificaram também cinco dimensões da sustentabilidade, sendo elas Técnica, Cognitiva, Econômica, Social e Política.

Para Costa e Santos (2005), existe o fenômeno multidimensional da sustentabilidade no Gapa-Bahia, em que as dimensões, apesar de distintas, são inter-relacionadas e dependentes uma das outras. As dimensões tendem para pontos semelhantes, porém tratando cada ponto de uma forma diferente. O quadro abaixo demonstra as dimensões da sustentabilidade no Gapa.

QUADRO 04 – Matriz-Referencial: as dimensões da sustentabilidade do Gapa-Ba

FONTE: (Costa e Santos, 2005, p.102)

	Dimensão	Crítérios	Indicadores
S U	Técnica	Qualificação das pessoas que atuam na Organização	<ul style="list-style-type: none"> • Composição multidisciplinar da equipe; • Titulação dos membros da equipe; • Tempo de atuação no movimento social organizado; • Nível de produção técnica e metodológica; • Nível de profissionalização da equipe.
		Processo estratégico da Organização	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de planejamento estratégico; • Nível de participação da equipe no planejamento estratégico; • Valorização das atividades-meio (de suporte).

S T E N T A B I L I D A D E	Cognitiva	Produção, sistematização e difusão de saberes	<ul style="list-style-type: none"> • Número de publicações sobre a temática da AIDS e temas correlatos; • Produção e sistematização de outros saberes não diretamente relacionados à temática da AIDS; • Participação em eventos para falar sobre a temática da AIDS e temas correlatos; • Capacitação e consultorias ministradas (socialização de saberes).
	Econômica	Mercantil	<ul style="list-style-type: none"> • Montante de produtos e serviços comercializados; • Montante de recursos provenientes da comercialização.
		Não Mercantil (Monetário)	<ul style="list-style-type: none"> • Número de Projetos Financiados e/ou parcerias estabelecidas; • Montante de recursos provenientes dos financiamentos; • Doações financeiras recebidas.
		Não Monetária	<ul style="list-style-type: none"> • Número de voluntários; • Serviços (apoio técnico) recebidos; • Bens materiais recebidos.
	Social	Emancipação cidadã	<ul style="list-style-type: none"> • Participação do público beneficiário na construção do projeto organizacional.
		Difusão da missão	<ul style="list-style-type: none"> • Continuidade/difusão do projeto social, sendo conduzido por outros atores.
	Política	Legitimidade	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento e respeitabilidade do Gapa-Ba pelo público externo; • Engajamento do público interno; • Proximidade com o público beneficiário; • Comprimento da missão; • Compromisso de diferentes setores sociais com a manutenção do projeto da organização; • Constituição de programas conceituais e metodologicamente embasados; • Constituição de programas com capacidade de interferir em uma dada realidade; • Número de voluntários atuando na organização; • Titulações, registros e premiações; • Participação em fóruns, conselhos e associações.

5.2.3.1 A Dimensão Técnica

A dimensão técnica diz respeito à preocupação que a organização tem com a profissionalização dos colaboradores que nela atuam, considerando como colaboradores todas aquelas pessoas que auxiliam no funcionamento da organização. A capacitação dos colaboradores é importante por buscar novas formas de gerenciamento da organização visando ser mais eficientes nas suas atividades fins.

No caso do Gapa-Bahia à ainda uma questão da diversidade técnica, em que profissionais de diferentes especializações e oriundos de diferentes setores atuam em conjunto, formando uma equipe multidisciplinar. Com uma equipe multidisciplinar,

questões importantes podem ser analisadas de diferentes modos, gerando soluções mais qualificadas por considerarem os diversos aspectos de um mesmo problema.

O planejamento estratégico é parte fundamental da sustentabilidade técnica da organização. O conhecimento detalhado das atividades e objetivos da organização por parte de seus dirigentes se mostra como peça fundamental para a criação de um planejamento de médio e longo prazo eficiente.

A gestão das organizações deve acompanhar os avanços do mercado e do estado para poder ter uma comunicação eficiente com os mesmos.

5.2.3.2 A Dimensão Cognitiva

A organização deve ser eficiente na sua comunicação, usando o conhecimento adquirido, em suas atividades, para auxiliar a sensibilizar a população em relação ao problema que procura enfrentar. A produção de artigos, e documentos relacionados à atividade da organização também é um aspecto importante da dimensão cognitiva da sustentabilidade, por se tornarem referências para futuras pesquisas voltadas para o tema.

A comunicação com outras organizações que atuam no mesmo campo é importante para o crescimento mutuo, conhecendo os problemas enfrentados e as diferentes soluções utilizadas para problemas semelhantes preparam as organizações para estes mesmos problemas no futuro.

A reunião de organizações de uma mesma área de atuação é importante também para ganhar força perante a sociedade conseguindo, juntas, uma visibilidade maior por terem em grupo também uma maior credibilidade. A formulação de textos, livros ou qualquer outra forma de comunicação do problema se torna mais eficiente quando defendida por varias organizações, além de gerar uma padronização o que também auxilia na eficiência da comunicação do problema.

A geração de conhecimento das organizações, sozinhas ou em grupos, e a divulgação deste conhecimento é o que constitui a dimensão cognitiva da sustentabilidade.

5.2.3.3 A Dimensão Econômica

A dimensão econômica diz respeito aos recursos que a organização tem acesso e a forma de captação ou geração desses recursos. A maioria das organizações depende de doações de empresas ou de pessoas sensíveis a sua causa, no caso de uma OSCIP pode-se beneficiar, ainda, de recursos do Estado conforme o termo de parceria estabelecido pela lei das OSCIPs.

A captação de recursos, provindo de doações ou financiamentos, é ainda parte fundamental para a sobrevivência das organizações, entretanto muitas organizações estão buscando novas formas de captação de recursos como, por exemplo, a venda de produtos e serviços gerados pela organização. Também podem ser considerados recursos captados pela organização, a doação de bens, serviços recebidos e a atuação de voluntários na organização.

5.2.3.4 A Dimensão Social

Pode-se dizer que a dimensão social está relacionada aos resultados das atividades da organização. Ao ter uma posição sólida quanto aos seus objetivos e valores a organização tem a capacidade de atrair mais adeptos para a sua causa, que ao compreenderem a importância de suas finalidades, poderão se tornar agentes multiplicadores das atividades da organização, mesmo que não estejam trabalhando diretamente na organização.

A participação do público beneficiário nas atividades da organização, também é resultado da dimensão social da sustentabilidade, provando a eficiência dos trabalhos prestados.

5.2.3.5 A Dimensão Política

A força política de uma organização depende do seu reconhecimento pelo Estado, Mercado e sociedade. A capacidade de mobilizar a sociedade, negociar com o Estado ou buscar apoio de outras empresas e organizações, buscando soluções conjuntas para os problemas que a organização procura enfrentar são formas de trabalhar a dimensão política da sustentabilidade.

A legitimidade é à base da dimensão política, a organização deve ser reconhecida pela qualidade de suas atividades e serviços prestados, além da comunicação eficaz, participando frequentemente de fóruns e eventos relacionados à sua atividade.

6. MÉTODO

Para a realização do trabalho foram pesquisadas áreas de concordância com o assunto como referências sobre Terceiro Setor, Sustentabilidade das Organizações Sociais e Legislação das OSCIPs.

Serão abordadas inicialmente as fases da criação de uma OSCIP, descrevendo os passos necessários para a sua criação e os aspectos legais para a obtenção da certificação legal como OSCIP. Os dados utilizados são disponibilizados pelo Ministério da Justiça, além de consulta realizada em outras organizações como o Sebrae de Minas Gerais.

Com o objetivo de testar as verificações levantadas pelo trabalho e entender melhor a rotina de uma OSCIP, foi realizado um estudo de caso na Organização Lar Luz da Criança, uma OSCIPs do Rio Grande do Sul. Através do estudo de caso pretende-se levantar as dificuldades enfrentadas pela a organização e testar os dimensões de sua sustentabilidade a partir do modelo do Gapa-Bahia.

A organização foi escolhida com base no cadastro das OSCIPs do Rio grande do Sul, fornecida pelo Ministério da Justiça. Entre as varias organizações possíveis, foi escolhida o Lar Luz da Criança por ser uma organização que obteve a certificação de OSCIP recentemente, em novembro de 2005, o que contribui para o estudo, por ser uma experiência recente em relação à legalização da organização como OSCIP. A importância do trabalho realizado pela organização, que zela pela saúde e desenvolvimento das crianças, residentes do lar, também foi uma forte motivação para a escolha da organização.

Para Yin (2001) existem vantagens de se utilizar o estudo de caso como método de pesquisa, pois abrange varias formas de se analisar a problemática a partir de diferentes perspectivas, seja através de dados sobre a organização, entrevista, observações e através participação efetiva na organização.

O estudo se baseou em quatro etapas. Primeiramente realizado um levantamento de dados da Organização. A segunda etapa se caracterizou pelo agendamento de uma visita à sede do projeto Lar Luz da Criança, com o objetivo de realizar uma observação direta. Posteriormente foi realizado também uma entrevista

com a gerente do projeto Sra. Marissol. A última etapa consistiu na realização de uma observação participativa, em que foram realizadas tarefas com as crianças do Lar.

6.1 COLETA DE DADOS PRELIMINARES

Após a escolha da Organização Lar Luz da Criança e o contato com os seus dirigentes, a fim de buscar apoio para a realização do trabalho, foi feito um levantamento de dados da organização. Através do site da organização foi possível relacionar diversos tópicos de interesse para o trabalho a ser realizado, como o histórico da organização, a área de atuação, além dos objetivos e valores da organização. Apesar de as informações coletadas terem servido de base para a elaboração de alguns tópicos, estes dados sozinhos não seriam capazes de servir para as finalidades do trabalho, sendo utilizados apenas como complemento das demais etapas do trabalho.

Yin (2001) define que a consulta de documentos da entidade, tais como informações da organização vinculadas nos meios de comunicação, é agregar valores as evidências recolhidas de outras formas, tais como a entrevista.

6.2 OBSERVAÇÃO DIRETA

O objetivo principal da observação direta foi conhecer a sede da organização e acompanhar a sua rotina, podendo agregar mais informações relacionadas ao estudo, além de poder analisar de forma presencial as condições das instalações da organização, parte fundamental do trabalho. Através da observação direta também foi possível entrar em contato com as crianças do Lar, e de maneira breve observar suas atividades.

A avaliação da infra-estrutura, da rotina e das atividades do Lar, auxiliou na análise da sustentabilidade da organização, pois de maneira presencial foi possível identificar pontos relevantes para o estudo. O contato presencial também foi importante para a identificação de pequenas melhorias que poderiam ser feitas na organização.

Para Yin (2001) a observação direta auxilia na compreensão do contexto e do fenômeno que está em estudo, podendo ser fundamental para a realização do trabalho, dependendo dos objetivos do estudo.

6.3 ENTREVISTA

“É muito comum que as entrevistas para estudo de caso, sejam conduzidas de forma espontânea. Essa natureza das entrevistas permite que você tanto indague respondentes-chave sobre fatos de uma maneira quanto peça a opinião deles sobre determinados eventos. Em algumas situações, você pode até mesmo pedir que o respondente apresente suas próprias interpretações de certos acontecimentos e pode usar essas proposições como base para uma nova pesquisa”. (Yin, 2001, pág. 112)

A entrevista realizada com a Sra. Marissol, gerente do projeto Lar Luz da Criança, foi dividida em duas partes, a primeira teve caráter informal e espontâneo e a segunda seguiu um questionário previamente elaborado. Tanto a primeira parte da entrevista, quanto à segunda, foram gravadas por um sistema de áudio com o objetivo de aproveitar as informações da melhor forma possível.

Durante a primeira etapa da entrevista, realizada na sede da Organização em Eldorado do Sul, a Sra. Marissol apresentou o Lar e ao mesmo foram realizadas, de modo informal, diversas perguntas relacionadas à organização, à infra-estrutura, à rotina e às atividades realizadas pelas crianças.

A segunda etapa da entrevista abordou questões previamente formuladas contemplando assuntos diretamente relevantes ao estudo, como à origem da organização, aspectos relacionados à sustentabilidade e dificuldades enfrentadas pelo Lar.

6.4 OBSERVAÇÃO PARTICIPATIVA

Como última etapa do trabalho, foi realizada um dia de observação participativa, com o objetivo de conhecer melhor o trabalho e a rotina das crianças. A última etapa foi

essencial para a conclusão do trabalho, além de ter sido uma grande experiência pessoal.

7. A CRIAÇÃO DE UMA OSCIP

7.1 OS PRIMEIROS PASSOS

A constituição de uma OSCIP difere em muito a criação de uma empresa privada convencional, apesar de o planejamento ser fundamental para ambas, as características e finalidades são distintas. Ao contrário da empresa privada convencional, que pode ser criada apenas por uma pessoa, ou um proprietário, para uma atividade comercial simples ou complexa, a OSCIP depende de uma mobilização muito maior de pessoas, que estejam de acordo com as finalidades que a Organização terá, além de participarem efetivamente do processo de criação da OSCIP.

Com base em informações do Sebrae de Minas Gerais, abaixo foi criado um pequeno roteiro para dar início às atividades de uma OSCIP.

7.1.1 Fase de Sensibilização

A primeira etapa do processo de criação de uma OSCIP é reunir pessoas e parceiros que se identifiquem com o trabalho que a Organização pretende realizar e tenham vontade de tornar possível a criação da mesma. A informação é parte fundamental do processo de criação, quanto mais informação sobre a área em que a organização pretende atuar, assim como a obtenção de dados estatísticos e sociais sobre o setor, maior é a chance de obter apoio e consolidar um grupo para a formação da Organização.

A partir da formação do grupo e do interesse na criação da Organização, o grupo deve buscar mais adeptos da causa da organização. Uma das bases de uma OSCIP é o trabalho realizado por voluntários, sendo assim quanto maior o número de pessoas dispostas a ajudar, melhor. Para buscar um número maior de adeptos o grupo deve reunir grupos de interessados e realizar uma palestra de sensibilização sobre o tema.

Através da palestra é possível sensibilizar mais pessoas para o tema. A partir daí deve-se nivelar o conhecimento das pessoas integrantes do grupo, buscando resolver dúvidas sobre temáticas que envolvam a organização, como por exemplo o que é uma

OSCIP?, o que a organização pretende oferecer e qual o nível de comprometimento que cada pessoa deve ter para o sucesso da Organização.

Após a sensibilização e formação do grupo, tarefas específicas devem ser distribuídas entre os integrantes, como o levantamento de informações sobre a legalização da OSCIP, estudos relevantes a viabilidade econômica da organização, necessidades de infra-estrutura e recursos financeiros para viabilizá-lo. É importante para a organização não só a busca de voluntários, mas também de empresas e outras organizações sensíveis a sua causa, com o objetivo de consolidar um apoio maior, além de facilitar a captação de recursos para a sua criação.

7.1.2 Fase Constitutiva

Após o levantamento de todas as informações necessárias para a constituição da OSCIP assim como a verificação de sua viabilidade, deve ser realizada uma “Assembléia de Constitutiva” que é uma etapa formal do processo de legalização. Antes da realização da assembléia é importante que seja discutido o estatuto da organização com o objetivo de aprová-lo durante a assembléia. Na assembléia também se elege a diretoria da OSCIP, iniciando processo formal da organização, encaminhando a documentação, resultante da assembléia, para registro.

7.1.3 Fase Pré-Operacional e Operacional

Depois de constituído uma diretoria e um estatuto, os responsáveis devem proceder com a implementação e operacionalização da OSCIP, definindo a localização, além da infra-estrutura necessária para o início das atividades, como móveis e equipamentos. O um apoio técnico e qualificado é fundamental para auxiliar a diretoria na tomada de decisões que serão cruciais para o funcionamento bem sucedido da OSCIP.

O trabalho em conjunto, executado pelos integrantes do grupo, além de viabilizar a OSCIP serve como experiência do trabalho em equipe a ser realizado a partir do

início das atividades da Organização. Depois de atingir todas as etapas, de constituição, sensibilização e implementação, a OSCIP está pronta para se tornar operacional.

É importante ressaltar que a determinação das pessoas que constituem a organização é imprescindível para o sucesso da OSCIP, tendo estas que superar os desafios dos primeiros anos da Organização, além de desenvolver uma política sustentável, visando à perpetuidade da OSCIP.

7.2 ASPECTOS LEGAIS

Abaixo serão descritos os aspectos legais, baseados na lei das OSCIPs, mais relevantes para a regularização ou classificação de uma Organização como OSCIP.

7.2.1 Qualificação como OSCIP

OSCIP, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, é uma classificação legal dada às Organizações Sociais que tenham interesse de regulamentar sua situação perante o Estado e se enquadrem nos aspectos legais de uma OSCIP. Para que a o enquadramento aconteça, é necessário que a organização se encaixe dentro das normas estabelecida pela lei das OSCIPs - lei N 9.790, de 23 de março de 1999. Para as organizações já existentes pode ser necessária uma reformulação de alguns aspectos da Organização com a finalidade de se adaptar as normas e poder ser reconhecida legalmente como OSCIP.

De acordo com o artigo primeiro da lei das OSCIPs, somente poderão se qualificar como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos. Assim sendo organizações não regulamentadas, ou grupos de pessoas físicas com finalidades sociais que não constituam uma empresa, não podem se classificar como OSCIP.

Uma organização sem fins lucrativos é considerado pela lei das OSCIPs, através do primeiro parágrafo do artigo um.

“[...] a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social”.

(Lei N° 9.790, de 23 de março de 1999, pág. 1)

Entretanto é permitida a remuneração dos dirigentes, desde que trabalhem efetivamente na Organização, com a exceção dos servidores públicos que apesar de poderem participar efetivamente da organização assim como fazer parte do quadro de diretores, estes não podem receber quaisquer tipo de remuneração ou subsídio.

A Organização que se enquadrar como de pessoa jurídica de direito privado e sem finalidades lucrativas, ainda terá que atuar em um dos campos previstos pela da lei das OSCIPs, podendo se caracterizar como OSCIP somente se tiver entre as suas finalidades pelo menos uma das finalidades descritas no artigo terceiro desta mesma lei.

Abaixo segue a listada de finalidades previstas na Lei da OSCIPs:

- I. Promoção da assistência social;
- II. Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III. Promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- IV. Promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- V. Promoção da segurança alimentar e nutricional;
- VI. Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII. Promoção do voluntariado;
- VIII. Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- IX. Experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- X. Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- XI. Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- XII. Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

(Lei N° 9.790, de 23 de março de 1999, pág. 2)

Ainda que a organização se qualifique, por possuir uma das finalidades descritas acima, poderá ter o seu pedido, como Organização Social Civil de Interesse Público, negado se sua atuação estiver relacionada no artigo segundo da lei da OSCIPs que descreve como não qualificáveis as Organizações em que sua principal atuação esteja relacionada na lista abaixo:

- I. As sociedades comerciais;
- II. Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
- III. As instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;
- IV. As organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
- V. As entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- VI. As entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;
- VII. As instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;
- VIII. As escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
- IX. As organizações sociais;
- X. As cooperativas;
- XI. As fundações públicas;
- XII. As fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;
- XIII. As organizações creditícias que tenham qualquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.
(Lei N° 9.790, de 23 de março de 1999, pág. 1)

A lei das OSCIPs exige ainda que para serem qualificadas como OSCIPs as organizações devem expressar claramente em seu estatuto uma série de normas, com a finalidade de se manter a integridade e a transparência da organização perante o Estado e a sociedade. Através do artigo quarto da lei das OSCIPs, é determinado que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre:

- I. A observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;
- II. A adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;
- III. A constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
- IV. A previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta;

- V. A previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social;
 - VI. A possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;
- (Lei N° 9.790, de 23 de março de 1999, pág. 3)

Além destas seis normas, existe ainda uma sétima norma que dispões sobre as obrigações contábeis, que tem como objetivo tornar transparente as movimentações financeiras da Organização. Para isso a norma prevê que a Organização deve:

- a) respeitar os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- b) publicar em algum meio de comunicação de grande circulação o de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS ao final do exercício fiscal;
- c) realizar auditorias na aplicação dos recursos recebidos através do termo de parceria conforme previsto em regulamento; e
- d) prestar contas dos recursos e bens, de origem pública, recebidos conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

7.2.2 Do Termo de Parceria

O termo de parceria é considerado uma das principais vantagens de se obter a qualificação como OSCIP. Através do termo de parceria, conforme artigo nono da lei das OSCIPs, é possível se firmar uma parceria entre estado e OSCIP, de forma que torne possível o estado contribuir financeiramente com as atividades, das OSCIPs, que estejam relacionadas no artigo terceiro desta lei.

No termo de parceria é instituído que cada uma das partes, Estado e OSCIP, tem seus direitos, responsabilidades e obrigações. Para se tornar possível a cooperação

entre OSCIP e Estado, é necessário que conste no termo de parceria algumas cláusulas especificadas no artigo décimo da lei das OSCIPs:

- I. A do objeto, que conterà a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
- II. A de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;
- III. A de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;
- IV. A de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;
- V. A que estabelece as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no inciso quarto;
- VI. A de publicação, na imprensa oficial do Município, do Estado ou da União, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do inciso quinto, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria

(Lei N° 9.790, de 23 de março de 1999, pág. 5)

A execução do termo de parceria será acompanhada e fiscalizada, pelo Poder Público, com a finalidade de acompanhar os resultados das atividades, conforme o estabelecido pelo termo. Uma comissão composta entre a OSCIP e o órgão parceiro deve ser formada, com a finalidade de analisar os resultados do termo de parceria e encaminhar os relatórios dos resultados às autoridades competentes.

7.2.3 Procedimentos

Os procedimentos de qualificação das OSCIPs foram regulamentados pelo Decreto nº. 3.100, de 30 de junho 1999. Segundo este mesmo decreto o pedido de qualificação como OSCIP deve ser encaminhado ao Ministério da Justiça, podendo este encaminhamento ser feito através do correio ou apresentado junto ao protocolo geral do Ministério da Justiça.

Para a solicitação do enquadramento como OSCIP deve se ter em mãos a cópia registrada dos seguintes documentos:

- a) estatuto registrado em Cartório;
- b) ata de eleição da atual diretoria;
- c) balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;
- d) declaração de isenção do imposto de renda; e
- e) inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes/Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Após ser protocolado pelo Ministério da Justiça, o processo será encaminhado para Secretaria Nacional de Justiça, órgão responsável pela outorga da qualificação. Caso o pedido de qualificação como OSCIP seja indeferido pela Secretaria Nacional de Justiça, o mesmo apontará a causa do indeferimento, podendo este ocorrer por irregularidade na documentação, não preencher os requisitos descritos nos arts. 3º e 4º da Lei nº. 9.790, de 23 de março de 1999 ou se enquadrar alguma das hipóteses previstas no art. 2º desta mesma lei.

O Ministério da Justiça, com a intenção de auxiliar e padronizar o processo de qualificação das OSCIPs, disponibiliza modelos de documentos a serem apresentados. Os modelos são de fácil acesso, podendo ser encontrados no site do Ministério da Justiça, e auto-explicativos, contendo entre eles um modelo de estatuto, um modelo de termo de parceria, um modelo de termo de compromisso, um modelo de declaração dos diretores e um modelo de requerimento de qualificação como OSCIP.

8. A ORGANIZAÇÃO – LAR LUZ DA CRIANÇA (LLC)

A idéia da criação da organização surgiu em 1989, a partir de um grupo de amigos que tinham a vontade de realizar ações solidarias de maneira concreta. O meio encontrado foi a criação de uma organização denominada Associação Lar Luz da Criança (LLC).

A Organização foi fundada no ano de 1994, e em seus primeiros anos de atuação trabalhou na implementação do seu principal projeto, o Lar Luz da Criança. Para tornar possível o projeto, a organização arrecadou fundos para a construção da sede do projeto, localizado em Eldorado do Sul, além de obter uma parceria com o município que cedeu o terreno para a implementação do Lar. No ano de 1998, com a finalização das construção e instalação de móveis e utensílios, a casa já tinha condições de receber as primeiras crianças, fato que ocorreu no mês de agosto, em que recebeu um grupo composto de dez crianças.

A casa pretende abrigar exclusivamente, crianças e adolescentes destituídos do poder familiar, situação em que os pais ou familiares perdem a guarda dos filhos por não serem considerados capazes de assegurar condições dignas para o crescimento e desenvolvimento das crianças. A aceitação da criança depende principalmente de uma decisão judicial definitiva, além de o fato de a criança não ter sido adotada por uma família substituta. “A definição e ingresso dos atendidos no projeto dão-se exclusivamente por designação judicial, mediante protocolo firmado com o Poder Judiciário de Porto Alegre, com ênfase para os grupos de irmãos consangüíneos.” (ASSOCIAÇÃO LAR LUZ DA CRIANÇA, 2005, pág. 2)

A organização é totalmente responsável pelos seus projetos, criando programas e planos de ações para atender as suas finalidades. O Lar Luz da Criança conta com seus colaboradores e apoio de voluntários para a realização de seus projetos e busca seus recursos através de doações e parcerias, além da realização de eventos.

8.1 A ESTRUTURA

O Lar Luz da Criança possui a capacidade de abrigar 40 crianças ou adolescentes, tendo em suas dependências quartos, cozinha, banheiros coletivos, refeitório, salas de televisão, biblioteca, salas para tratamento odontológico e assistência psicopedagógica, espaços para entretenimento das crianças como playground e em fase de implementação um laboratório de informática, além destas dependências a casa possui outros cômodos em fase de acabamento. As Crianças também tem a sua disposição a infraestrutura de um sítio localizado em frente ao Lar, propriedade de um dos fundadores da organização, que possui quadra de futebol, quadra de vôlei, além de um espaço onde é realizado a educação religiosa das crianças aos sábados.

A casa conta com oito colaboradores, entre eles uma gerente, responsável pelo controle operacional da casa e pela supervisão das atividades das crianças, quatro monitoras, cuja função é dar assistência permanente às crianças, através do incentivo aos estudos, atividades recreativas, além de auxiliar na educação de modo geral das mesmas, duas colaboradoras responsáveis pela cozinha, cuidando da alimentação das crianças com o preparo das refeições, e um assistente geral. A organização conta ainda com um grupo de voluntários composto por uma dentista, que atende as crianças no consultório localizado dentro da casa, uma psicopedagoga que realiza visitas semanais e auxilia no desenvolvimento das crianças, um grupo de evangelização responsáveis pela educação religiosa das crianças aos sábados, além de clínicas em Porto Alegre, que tratam as crianças de modo gratuito.

O Lar Luz da Criança, recentemente, está investindo em um ponto de apoio, em Porto Alegre, considerado a extensão do Lar. O objetivo é transferir os adolescentes mais velhos, já graduados do ensino fundamental, para a capital e possibilitar o ingresso em escolas técnicas, colocando-os mais próximos às oportunidades de trabalho. Para tanto foi alugado um imóvel com a capacidade de abrigar cerca de quatro estudantes, que hoje moram em Porto Alegre durante a semana, e retornam a Eldorado do Sul nos finais de semana.

Nesta nova fase espera-se que aproximação dos jovens com o mercado de trabalho, além das novas condições de habitação em Porto Alegre, com maiores

responsabilidade e liberdades, acelere o processo de autonomia e independência dos jovens, concluindo o processo de reintegração social.

8.2 OBJETIVOS E VALORES

O projeto Lar Luz da Criança se propõe gerar um ambiente saudável para as crianças onde elas possam se desenvolver, ter acesso a educação e saúde. Criando condições para o pleno resgate social e cultural dos atendidos, dando apoio desde infância até a fase adulta. São seus principais objetivos estatutários:

“Proporcionar assistência generalizada à pessoa humana, sem distinção de raça, religião ou classe social, através do trabalho comunitário e assistencial, tendo como base a proteção integral da criança em prévia situação de abandono infantil. Da mesma forma, atua no sentido de prevenir o abandono infantil e suas seqüelas por meio do debate permanente e específico junto aos organismos civis públicos e privados, proporcionando-lhes ações concretas que diminuam a miséria material e intelectual, raiz e origem do abandono infantil.”
(ASSOCIAÇÃO LAR LUZ DA CRIANÇA, 2005, pág. 3)

Após os primeiros anos, de funcionamento do Lar, a Organização percebeu a necessidade de se atualizar e se profissionalizar, dando os primeiros passos em direção a uma gestão eficiente. O resultado foi a definição de sua missão, visão e valores.

Missão: “Dignificação da pessoa, com ênfase no resgate sócio-familiar de crianças e adolescentes destituídos de suas famílias, por decisão do Estado, preparando-os para a vida, amando-os e educando-os; dando-lhes condições para que se tornem cidadãos independentes, capazes de determinar o rumo de suas vidas.”

Visão: “O Lar Luz da Criança deverá ser reconhecido como agente transformador da sociedade na construção de um mundo melhor por meio da valorização do indivíduo.”

Valores: “A Instituição atuará no sentido de que os residentes recebam subsídios e informações para que possam construir, manter e vivenciar valores ético-morais, de civilidade e fraternidade, fazendo com que tornem-se igualmente agentes do resgate social.”

(ASSOCIAÇÃO LAR LUZ DA CRIANÇA, 2005, pág. 2)

8.3 RECURSOS E DESPESAS

A organização tenta diversificar ao máximo as formas de captação de recursos, com o objetivo de atrair investimentos de diferentes fontes. As principais formas de captação de recursos são através de eventos, via carnê de pagamentos ou débito em conta, jantares, parcerias, e doações aleatórias.

A principal forma de arrecadação é via carnê de pagamento, totalizando mais de 35% da arrecadação. Resultado de anos de trabalho que tornou possível a consolidação de um grupo que contribui regularmente.

Os eventos são muito importantes para a organização, pois além de representarem, aproximadamente, 15% da arrecadação, eles atraem os olhos da comunidade, o que gera não só recursos financeiros como humanos. Entre os eventos mais importantes esta o leilão de quadros (doados por artistas plásticos renomados do rio-grande do sul), evento que ocorre uma vez por ano e é denominado “A Arte Não Abandona”. A organização também promove jantares e bailes o que além de levantar recursos é também uma forma de entretenimento.

Os recursos não são apenas diretamente financeiros, a casa recebe ainda de parceiros, sendo eles pessoa física ou jurídica, a doação espontânea de roupas, alimentos e utensílios. Durante um determinado tempo a organização organizou um brechó para vender, por valor simbólico, as doações que recebiam e não era de utilidade para as crianças, o que já não é mais feito.

O voluntariado também é um recurso muito importante para a organização, que através de parcerias consegue dar uma assistência de qualidade para as crianças. Temos como exemplo a parceria com uma dentista, que utiliza o consultório (doador pelo Rotary de Eldorado do Sul) instalado dentro da casa, para atender seus pacientes, e em troca atende as crianças de maneira gratuita.

A organização calcula que cada uma de suas crianças gera um custo de, aproximadamente, R\$ 700, 00, totalizando um gasto de R\$14.000,00 por mês, sendo este o valor mínimo que precisa ser arrecadado para a organização manter suas contas em dia.

A folha de pagamento está entre os principais gastos da organização, que corresponde a cerca de 50% da arrecadação, este valor não é alto considerando que o LLC possui oito colaboradores custando em média cada um R\$900,00 com encargos. Os custos de alimentação e despesas com serviços também representam uma grande parcela das despesas da organização sendo responsáveis, respectivamente, por 11% e 8,5% das despesas totais.

8.4 COMUNICAÇÃO

A comunicação da organização é feita principalmente através dos eventos que realiza. Durante os eventos, em algumas ocasiões, se utilizou também a comunicação impressa, através de folhetos, que foram distribuídos, uma boa forma de manter a organização na memória das pessoas após os eventos.

O Lar Luz da criança conta ainda com o site da organização, que disponibiliza diversas informações a respeito de suas atividades, além de fornecer as melhores formas de contato e contribuições. A contrapartida também existe, apesar de não ser muito significativa, algumas pessoas procuram de forma espontânea a organização, buscando uma maneira de contribuir.

A comunicação “boca a boca” também é uma forma importante de comunicação, apesar de, algumas vezes, não ser por iniciativa da própria organização. Essa comunicação pode ser atribuída às pessoas que participam dos eventos ou das pessoas que já contribuem de alguma forma com o LLC.

8.5 DIFICULDADES

A organização tem conseguido pagar suas contas, porém os recursos ou a falta deles são um dos principais problemas da organização. A organização luta para conseguir se manter, mas não consegue ampliar as suas atividades devido à falta de recursos financeiros e humanos.

O Lar poderia atender 40 crianças e adolescentes, mas conseguem atender apenas 20 e à medida que os adolescentes se tornam mais velhos, os custos

aumentam. Fazem cerca de cinco anos que o Lar não recebe uma nova criança, isso demonstra parte das dificuldades que a organização enfrenta para a expansão do seu projeto.

A demanda de novos serviços por parte dos adolescentes gera mais custos para a organização, a exemplo temos a nova sede, fixada em Porto Alegre, para atender os jovens que necessitam aprender uma profissão e buscarem uma vaga no mercado de trabalho. O ponto de apoio em Porto Alegre é extremamente importante e com certeza trará resultados positivos para as crianças e para a organização no futuro, entretanto torna mais apertado o balanço da organização.

A falta de voluntários também é um ponto crucial para a organização, para poder atender mais crianças a organização necessita ou de maior número de colaboradores ou voluntários, sendo a área mais carente a do atendimento psicopedagógico. A distância do Lar, em Eldorado do Sul, de Porto Alegre, é um fator agravante para a mobilização de voluntários, houve casos em que voluntários contataram a organização, mas decidiram não participar de suas atividades devido à distância.

A distância de Porto Alegre também é responsável por um aumento dos gastos da organização, principalmente em relação a custos de deslocamentos, como algumas das crianças são tratadas em clínicas na Capital, é necessário transportá-las do lar para a capital, percurso realizado que chega a ser realizado duas vezes no mesmo dia.

9. LAR LUZ DA CRIANÇA E A SUSTENTABILIDADE

Tendo como base as cinco dimensões da sustentabilidade do Gapa-Bahia, este capítulo tem como objetivo, analisar a posição do Lar Luz da Criança em relação a cada uma das dimensões da sustentabilidade. Também se tem o objetivo de sugerir mudanças, ou melhorias, para a melhor atender cada dimensão.

9.1 DIMENSÃO TÉCNICA

A dimensão técnica corresponde principalmente à capacidade da organização de aprimorar, sejam através do treinamento de seus colaboradores ou da definição de estratégias, planos de ação e planejamento.

O Lar Luz da Criança conta com colaboradores capacitados, ou por graduação, caso das monitoras graduadas em magistratura, ou por experiência, caso das responsáveis pela cozinha. Os colaboradores ainda conseguem realizar suas tarefas de maneira satisfatória, não prejudicando o rendimento das crianças.

A organização ainda não investe na reciclagem ou treinamento dos colaboradores e voluntários, contando apenas com as experiências adquiridas previamente e no dia a dia com o convívio das crianças. A falta de treinamento está relacionada principalmente a falta de excedentes de capital, mas a hipótese não é descartada para o futuro.

O treinamento tem um papel fundamental para o futuro da organização, possivelmente com mais treinamento os colaboradores teriam condições de atender de forma ainda mais qualificada as necessidades das crianças, além de o mesmo número de colaboradores conseguirem atender um número maior de crianças.

A organização recentemente, mostrou a preocupação com o futuro da organização e de sua gestão, definido a missão, a visão e os valores do Lar Luz da Criança. A organização tem conseguido realizar o que se propõe, alcançado os objetivos traçados, o maior exemplo disso é a própria construção da sede em Eldorado

do Sul, porém os objetivos não fazem parte de um planejamento de médio e longo prazo.

As ações do Lar ocorrem de acordo com as necessidades que surgem a cada dia. A falta de uma assistência capacitada ou uma consultoria é um dos principais motivos que atrasam a criação do planejamento da organização. Os fundadores e colaboradores mostram muito empenho em tudo que realizam, mas a falta de conhecimento técnico, muitas vezes se torna uma barreira ao aprimoramento da gestão.

O planejamento é fundamental para o futuro da organização, e existe a preocupação com o mesmo, a organização mostrou ser sensível a idéia de se tornar cada vez mais independente, buscando novas formas de captação, entretanto não existe um plano de ação claro neste sentido.

9.2 DIMENSÃO COGNITIVA

A principal forma de divulgação da organização e de sensibilização da comunidade, sobre as suas atividades e objetivos, é através dos eventos que realiza, entretanto não é realizado nenhum evento com essa finalidade específica. A organização se divulga ainda através do seu site institucional e esporadicamente a organização aparece nos meios de comunicação, através de artigos ou reportagens realizados por terceiros.

A organização ainda não trabalha no sentido de produzir artigos, livros ou outro tipo de publicações em relação a suas atividades, isso se deve pela concentração dos esforços estarem, principalmente, voltados para manter o Lar em funcionamento. Mas, recentemente a entidade começou a participar de reuniões com outras organizações da sociedade civil, este é um ponto positivo para a dimensão cognitiva do Lar, pois estes encontros possibilitam o debate de problemas enfrentados pelas organizações, e abre caminhos para criação de artigos, pesquisas e estudos em conjunto.

Um investimento imediato no aprimoramento da dimensão cognitiva da organização, provavelmente, resultaria em grande avanço da organização, não só quanto à dimensão cognitiva, mas quanto a todas as dimensões da sustentabilidade.

Uma ação possível para a organização, dentro das suas limitações, seria elaborar uma palestra base, com o objetivo de sensibilizar a comunidade para a sua causa. Esta palestra poderia ser realizada em escolas, em turmas de universidades, ou até em eventos relacionados com o tema, isso já seria um grande impulso para a captação de mais recursos, tanto humano quanto financeiro.

A sensibilização de pessoas no meio acadêmico também pode ser uma forma de estimular à realização de teses e artigos sobre a organização, através dos alunos das universidades. Esses trabalhos poderiam, de forma indireta, auxiliar no aprimoramento da gestão da organização, além de servir de base para futuras ações da organização.

9.3 DIMENSÃO ECONÔMICA

A capacidade de gerar e captar recursos financeiros e humanos estão, sem dúvida, entre os principais problemas da organização. O LLC arrecada recursos suficientes para se manter, mas não são suficientes para a expansão das atividades da organização.

A entidade está sempre em busca de novas formas de captação de recursos como, por exemplo, o apadrinhamento financeiro de um dos residentes. Este projeto consiste em levantar recursos, suficientes para cobrir os custos de uma das crianças, durante um período de tempo podendo ser de seis meses a um ano variando de acordo com a parceria estabelecida. Em contrapartida o LLC se disponibiliza a divulgar, em caso de pessoa jurídica, a empresa em seu site.

O Lar conta ainda com diversas doações e parcerias com empresas que auxiliam nos custos da entidade. Através das parcerias a organização está conseguindo criar novos espaços dentro da casa, como por exemplo, o consultório dentário e uma sala de computadores, ainda em fase de implementação. As doações de alimentos se dão através de empresas parceiras, mensalmente, além da participação, recente, no programa “Fome Zero” do governo.

A organização se qualificou como OSCIP recentemente e ainda não usufrui os benefícios desta parceria com o governo, mas futuramente poderá se valer do Termo de Parceria da lei das OSCIPs. Caso a entidade utilize o Termo de Parceria, poderá planejar e executar novos projetos com o apoio financeiro do governo, desde que respeitem as regras do termo.

A longo prazo, a organização pretende ser mais independente financeiramente, para isso será necessário criar formas de prestação de serviço ou venda de produtos. A médio prazo a entidade poderia produzir pequenos acessórios, como chaveiros, peças de vestuário, camisetas e bonés, e futuramente ter uma loja própria para a venda de artigos produzidos pela instituição, esta seria uma forma de arrecadar mais recursos, além de se tornar uma forma indireta de divulgação.

9.4 DIMENSÃO SOCIAL

O Lar Luz da Criança está dando neste ano de 2006 um passo em direção à dimensão social da sustentabilidade, através da criação de uma nova etapa no desenvolvimento das crianças e adolescentes, o ponto de apoio em Porto Alegre. Após anos de abrigo e cuidados, algumas de suas crianças estão se tornando adultos e começando a se preparar de forma efetiva para a vida, enfrentando pela primeira vez a realidade do mercado de trabalho.

A capacitação das crianças e dos jovens é um dos principais aspectos da dimensão social no LLC. Os jovens que hoje aprendem uma profissão, em Porto Alegre, através de escolas técnicas e que fazem estágios em empresas, estão dando o último passo em direção a sua independência, sendo o resultado de todo esforço do Lar durante esses longos anos. Uma vez adultos, e caminhando com suas próprias competências, esses jovens abrirão espaços para outras crianças na casa, e futuramente poderão ajudar de forma efetiva a organização.

A possibilidade de alguns desses jovens, de acordo com a sua vontade, trabalharem diretamente na Organização, ajudando no fortalecimento e crescimento sustentável da mesma, serve como um pulmão para o Lar, pois eles conhecem, melhor do que ninguém, as rotinas e dificuldades enfrentadas pela entidade. A livre escolha

dos jovens em relação às suas profissões, no futuro, pode auxiliar em muito a entidade, pois com a diversificação das profissões a entidade poderá receber auxílio em diversas áreas.

O voluntariado também é um aspecto fundamental para a capacitação social da organização, as crianças que hoje se capacitam ainda estão longe de poderem contribuir efetivamente com a organização, dependendo muito ainda de seus voluntários.

A atração de novos voluntários depende, principalmente, de uma boa ação cognitiva e política da organização. Através de uma maior divulgação e reconhecimento da entidade pelos diversos setores, com certeza, seria uma forma eficaz de atrair forças e o voluntariado para o Lar.

9.5 DIMENSÃO POLÍTICA

A qualificação do Lar Luz da Criança como OSCIP pode ser considerado um grande passo em direção à sustentabilidade política da organização. O fato de ser uma OSCIP indica que a organização é reconhecida pelo Estado e que passou por um processo para adquirir sua regulamentação, isso ajuda a dar força e credibilidade à organização.

A Entidade possui contato com os diferentes setores da economia, sendo que com o estado este contato é direto, uma vez que a organização é abrigada pela lei das OSCIPs. O Lar se relaciona também com o mercado, buscando recursos e parcerias e recentemente começa a ter contato com outras organizações do terceiro setor, através de reuniões e encontros.

O contato com outras entidades do terceiro setor é um aspecto importante da dimensão política da sustentabilidade, através do contato com outras organizações a entidade aumenta o seu reconhecimento, o que é fundamental para as demais dimensões da sustentabilidade.

O aumento da rede de relacionamentos da Entidade pode ser um passo fundamental para a sustentabilidade. A organização poderia em um futuro próximo,

buscar parcerias com organizações do terceiro setor que possam auxiliar em suas atividades.

Um exemplo de parceria que poderia ser realizada seria buscar uma aproximação com a Fundação Projeto Pescar, que atua principalmente na profissionalização de jovens carentes. Uma conexão como essa resultaria em uma simbiose entre os seus objetivos, sendo o Lar responsável pela moradia, educação básica e apoio no desenvolvimento sócio-cultural das crianças até a idade adulta, e o projeto pescar responsável profissionalização destas crianças a partir da idade adulta.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado cumpriu os seus objetivos, levantando uma quantidade significativa de informações relacionadas à criação e sustentabilidade das OSCIPs. Identificando, através do estudo de caso, diversas dificuldades enfrentadas por uma OSCIP, e testando as dimensões da sustentabilidade na Associação Lar Luz da Criança, objeto de estudo deste trabalho.

Foi possível relacionar, as etapas de criação de uma OSCIP, os procedimentos que devem ser utilizados para a sua regularização, além de descrever de forma completa os aspectos legais necessário para a qualificação da organização como OSCIP.

A organização Lar Luz da Criança ainda não se beneficia de sua qualificação como OSCIP, isto se deve, principalmente, ao fato de ter sido qualificada recentemente, no final do ano de 2005. Entretanto o trabalho conseguiu relacionar as principais vantagens da obtenção da qualificação como OSCIP, sendo a principal delas o uso do termo de parceria, que possibilita a obtenção de recursos do Governo para a realização de projetos da Organização.

A partir da aplicação do modelo de sustentabilidade do Gapa-Bahia na Associação Lar Luz da criança, foi possível evidenciar a relação estreita entre as diversas dimensões da sustentabilidade. A força da sustentabilidade está no conjunto de suas dimensões, e pequenas alterações em qualquer uma das dimensões seja técnica, cognitiva, econômica, social ou política, afeta todas as demais, positiva ou negativamente.

Ao testar os aspectos da sustentabilidade, na Organização Lar Luz da Criança, as dificuldades da entidade se tornaram mais evidentes e distintas tornando possível verificar algumas soluções para o aprimoramento das atividades da organização, de acordo com cada dimensão da sustentabilidade. Portanto, a definição das dimensões da sustentabilidade de uma organização, não só contribuem para uma gestão sustentável, mas também auxiliam na identificação de alguns pontos sensíveis da entidade, que talvez não fossem tão evidentes antes.

A partir da análise das dimensões da sustentabilidade do Lar, também foi possível constatar a importância dada ao aspecto econômico da sustentabilidade, sendo a questão financeira considerada uma das maiores dificuldades da organização. Entretanto ficou demonstrado que o aspecto econômico é tão importante quanto os demais, pois eles coexistem e estão interligados, sendo que as ações tomadas em qualquer uma das dimensões refletem diretamente nas demais dimensões. Ou seja, as ações de captação de recursos são importantes para a organização, mas uma comunicação mais eficiente com a comunidade também resultaria em aumento da captação de recursos, financeiros e humanos.

As visitas ao Lar proporcionaram uma grande experiência pessoal, possibilitando a aproximação com uma entidade já organizada e qualificada como OSCIP e as crianças abrigadas por ela. Através da visita também foi possível perceber que pequenas coisas podem afetar de modo significativo às atividades e a sustentabilidade da organização.

Durante a observação participativa, uma das etapas do trabalho, foi possível realizar uma pequena ação e evidenciar a importância das pequenas realizações e trabalhos voluntários nas organizações. A ação consistiu na implementação de um pequeno pomar, com aproximadamente 15 árvores, que futuramente ajudará na alimentação das crianças e em uma pequena redução de custos da organização, o que acontecerá durante todos os anos em que o pomar estiver ativo.

O trabalho foi recompensador, e além de proporcionar uma visão ampla sobre a gestão sustentável, pretende servir como base para outras organizações que pretendam se qualificar como OSCIP. A principal recompensa pelo trabalho, no entanto, não está escrita, está no sorriso de cada criança que reside no Lar Luz da Criança, o que aumentou ainda mais a principal motivação para a elaboração deste estudo, a criação de uma OSCIP.

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO LAR LUZ DA CRIANÇA. **Relatório de atividades 2005**. Porto Alegre. 2005. 5f.

BOMFIM, Leila Aparecida. **Sustentabilidade e as organizações da sociedade civil: o campo, a estratégia e a técnica**. 1999. Disponível em: <http://www.rits.org.br/acervo_teste/ac_home_intro.cfm>. Acesso em: 20 set. 2006

COSTA, Tacilla da. e SANTOS, Sá S. **As diferentes dimensões da sustentabilidade em uma organização da sociedade civil brasileira: o caso do Gapa-Bahia**. 181f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2005

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém Público: O Terceiro Setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994.

FUNDAÇÃO PROJETO PESCAR. Disponível em: <<http://www.projetopescar.org.br/conteudo/missao.asp>> Acesso em: 10 ago. 2006

GREENPEACE. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org.br/quemsomos/quem.php>>. Acesso em: 10 ago. 2006

MARTINS, Paulo Haus. **Quais são as vantagens da qualificação como OSCIP?**. 2000. Disponível em: <http://www.rits.org.br/legislacao_teste/lg_testes/lg_tmes_maio2000.cfm>. Acesso em: 10 out. 2006

RATTNER, Henrique. **Sustentabilidade: uma visão humanista**. 2004. Disponível em: <<http://www.lead.org.br/article/articleview/134/1/97>>. Acesso em: 20 set. 2006

RATTNER, Henrique. **Sustentabilidade revisada**. 2001. Disponível em: <<http://lead.org.br/article/articleview/186/1/97>>. Acesso em: 20 set. 2006

RIFKIN, Jeremy. Identidade e natureza do terceiro setor. In: IOSCHPE, Evelyn Berg. **3º Setor – Desenvolvimento Social Sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, FUNDAP, 1993.

SALAMON, Lester M. e ANHEIER, Helmut K. **Defining the nonprofit sector: A cross-national analysis**. Manchester: Manchester University Press, 1997.

SEBRAE. OSCIP – **Organização da Sociedade Civil de Interesse Público**. Disponível em: <<http://www.sebraeminas.com.br/culturadacooperacao/oscip.htm>> Acesso em: 10 out. 2006

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. **Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP**. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/snj/oscip/>>. Acesso em: 10 out. 2006

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. **LEI No 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999**. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/snj/oscip/legislacao/lei9790_99.pdf>. Acesso em: 10 out. 2006

VEJA. **Aquecimento Global: os sinais do apocalipse**; editora abril; edição 1961 – ano 39 – nº 24, 2006. p. 68 - 83.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. São Paulo: Bookman, 2001.



CASSIO CORREA ROCHA 112058

Vínculo Atual

Habilitação: ADMINISTRAÇÃO - NOTURNA

Currículo: ADMINISTRAÇÃO - ÁREA MARKETING - NOTURNO

Lista das atividades de ensino do aluno avaliadas pelo curso vigente no período letivo.

HISTÓRICO AVALIADO					
ADMINISTRAÇÃO - ÁREA MARKETING - NOTURNO - 2006/2					
Ano Semestre	Atividade de Ensino	Cre- ditos	Con- ceito	Caráter	Situação
2006/2	EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO (ADM01013)	4	-	Eletiva	Matriculado
2006/2	ESTÁGIO FINAL EM MARKETING (ADM01197)	12	-	Obrigatória	Matriculado
2006/2	GESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL NAS EMPRESAS (ADM01012)	4	-	Eletiva	Matriculado
2006/1	ANÁLISE MACROECONÔMICA (ECO02273)	4	A	Eletiva	Habilitado
2006/1	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III - ADM (ADM01194)	4	A	Obrigatória	Habilitado
2006/1	ESTÁGIO: VISÃO SISTÊMICA DAS ORGANIZAÇÕES (ADM01003)	4	A	Obrigatória	Habilitado
2006/1	MOEDA E BANCOS I (ECO02231)	4	C	Eletiva	Habilitado
2006/1	POLÍTICA EMPRESARIAL (ADM01127)	4	A	Obrigatória	Habilitado
2006/1	TÉCNICA COMERCIAL - A (ECO03005)	2	B	Eletiva	Habilitado
2005/2	ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO DO BRASIL E ESTÁGIO I (ADM01188)	6	B	Obrigatória	Habilitado
2005/2	PESQUISA DE MARKETING (ADM01163)	4	B	Obrigatória	Habilitado
2005/2	PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIA DE MARKETING (ADM01143)	4	B	Obrigatória	Habilitado
2005/2	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (ADM01160)	4	A	Obrigatória	Habilitado
2005/1	ADMINISTRAÇÃO DE MARKETING (ADM01142)	4	B	Obrigatória	Habilitado
2005/1	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS (ADM01010)	4	B	Obrigatória	Habilitado
2005/1	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE LONGO PRAZO (ADM01140)	4	B	Obrigatória	Habilitado
2005/1	ECONOMIA BRASILEIRA (ECO02209)	4	B	Obrigatória	Habilitado
2005/1	PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO (ADM01137)	4	A	Obrigatória	Habilitado
2005/1	RELAÇÕES DO TRABALHO (ADM01156)	4	B	Obrigatória	Habilitado
2004/2	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (ADM01144)	4	C	Obrigatória	Habilitado
2004/2	ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO DO BRASIL E ESTÁGIO I (ADM01188)	-	-	Obrigatória	Cancelado
2004/2	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CURTO PRAZO (ADM01139)	4	C	Obrigatória	Habilitado
2004/2	ECONOMIA BRASILEIRA (ECO02209)	-	D	Obrigatória	Não habilitado
2004/2	INTRODUÇÃO AO MARKETING (ADM01141)	4	C	Obrigatória	Habilitado
2004/2	ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO (ADM01136)	4	C	Obrigatória	Habilitado
2003/1	ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO DO BRASIL E ESTÁGIO I (ADM01188)	-	D	Obrigatória	Não habilitado
2003/1	ANÁLISE MICROECONÔMICA II (ECO02208)	4	B	Obrigatória	Habilitado
2003/1	DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL (DIR04401)	4	B	Obrigatória	Habilitado
2003/1	ESTRUTURA E INTERPRETAÇÃO DE BALANÇOS (ECO03341)	4	C	Obrigatória	Habilitado
2003/1	MATEMÁTICA FINANCEIRA - A (MAT01031)	4	C	Obrigatória	Habilitado
2002/2	ESTATÍSTICA GERAL II (MAT02215)	4	C	Obrigatória	Habilitado
2002/2	FILOSOFIA E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO (ADM01009)	4	B	Obrigatória	Habilitado
2002/2	INSTITUIÇÕES DE DIREITO PRIVADO E LEGISLAÇÃO COMERCIAL (DIR02203)	4	A	Obrigatória	Habilitado
2002/2	METODOLOGIA BÁSICA DE CUSTOS (ECO03320)	4	A	Obrigatória	Habilitado
2002/2	ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS E ESTÁGIO I (ADM01187)	6	B	Obrigatória	Habilitado
2002/1	ANÁLISE MICROECONÔMICA I (ECO02207)	4	A	Obrigatória	Habilitado
2002/1	ESTATÍSTICA GERAL I (MAT02214)	4	B	Obrigatória	Habilitado
2002/1	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA (HUM06409)	4	A	Obrigatória	Habilitado
2002/1	INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE (ECO03343)	4	C	Obrigatória	Habilitado
2002/1	PSICOLOGIA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO (ADM01110)	4	A	Obrigatória	Habilitado
2001/2	ÁLGEBRA LINEAR E GEOMETRIA ANALÍTICA (MAT01110)	4	B	Obrigatória	Habilitado
2001/2	INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA (DIR04416)	4	A	Obrigatória	Habilitado
2001/2	SOCIOLOGIA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO (ADM01104)	4	A	Obrigatória	Habilitado
2001/2	TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO (ADM01115)	4	A	Obrigatória	Habilitado
2001/1	CÁLCULO I-B (MAT01102)	6	B	Obrigatória	Habilitado
2001/1	INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA (INF01210)	4	A	Obrigatória	Habilitado
2001/1	INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA PARA ADMINISTRAÇÃO (HUM04004)	4	B	Obrigatória	Habilitado
2001/1	INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS (ADM01185)	4	B	Obrigatória	Habilitado
2001/1	LÍNGUA PORTUGUESA I A (LET01405)	4	B	Obrigatória	Habilitado

Créditos Obtidos

Obrigatórios:	170
Eletivos:	10
Complementares:	0

Créditos do Currículo

Obrigatórios:	182
Eletivos:	4
Complementares:	14

Taxa de Créditos não Integralizados: **13%**

Cássio Corrêa Rocha

cassio_rocha@hotmail.com

Cel: (51) 8147-9786

Fixo: (51) 3246-8824

Rua Professor Othon Santos Silva, 18 - Cep: 91770-690

CPF: 993.949.010-00 RG:2083923173

Brasileiro

Solteiro

24 anos

Formação:

2006 - Cursando o 10º semestre de Administração de Empresas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS / Porto Alegre

1999 - 2º grau completo – Colégio Leonardo da Vinci / Porto Alegre.

Experiência Profissional:

Ago/2004 a Nov/2006 – Trabalho em empresa familiar no ramo de Construção Civil, **Rocha e Corrêa Rocha**, desempenhando todas as funções de uma pequena empresa, como gerenciamento de projetos, criação e implementação de marca, movimentação de contas, acompanhamento de investimentos, controle de custos e processo de compra.

Ago/2002 a Jul/2003 – Leader no Departamento de Comitês da Câmara Americana de Comércio – **AMCHAM**, coordenando, organizando e participando das reuniões mensais dos comitês de Marketing, Finanças e Tecnologia, das quais participavam diretores e gerentes de grandes, médias e pequenas empresas.

Jan/2002 a Jul/2002 – Trainee da Câmara Americana de Comércio de Porto Alegre – **AMCHAM**, trabalhando no Departamento Comercial, realizando reuniões com os principais executivos de empresas dos mais diversos setores, alcançando as metas propostas.

Idiomas:

- Inglês: Nível avançado em conversação e escrita.
- Espanhol: Nível básico em conversação e escrita.

Informática:

- Conhecimento avançado em Word, Excel, Powerpoint, Outlook e Explorer.
- Facilidade em pesquisas pela internet.
- Conhecimento intermediário em Access
- Interesse em aprender a utilização de softwares em geral.

Experiência Internacional:

- Set/2003 a Fev/2004 – Business Management Course in Kent Institute of Business and Technology Sidney / New South Wales - Australia
- Mai/2000 a Ago/2000 – Semi-Intensive English Course conducted by ELS Language Centers. Indianápolis / Indiana – United States.
- Paises visitados: Argentina, Austrália, Cambodia, Chile, Estados Unidos, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Singapura , Tailândia.
- Principais cidades visitadas: Auckland, Bangkok, Buenos Aires, Kuala Lumpur, Nova York, São Paulo, Singapura, Sydney.